



Israel, o Ocidente e o patriotismo

(Itxu Diaz, Tablet, 23.05)

Em 1977 o filósofo colombiano Nicolás Gómez Dávila previu as guerras culturais do século 21: “A violência não é suficiente para destruir uma civilização. Cada civilização morre pela indiferença para com os próprios valores que a fundamentam”.

A obra do autor francês Michel Houlebecq procura refletir não tanto uma ameaça letal à cultura ocidental como o problema de uma cultura já em regressão, crescentemente diluída, dissolvida no magma multicultural e desprezada pelos que deveriam defendê-la. O islamismo que ele descreve infiltra-se pela Europa, mas não seria tão ameaçador se os europeus permanecessem fiéis às suas próprias tradições e crenças, sua história e visão da vida.

O hediondo ataque contra Israel em 7 de outubro de 2023 pôs novamente no mapa do Ocidente o risco do terrorismo islâmico e das ideologias que o apoiam. A infame reação de numerosos grupos esquerdistas a favor do Hamas na Espanha e nos EUA, demonstrando contra as vítimas com o apoio de centenas de milhares de estudantes e autoproclamados membros das “classes oprimidas”, evidenciaram mais uma vez a predição de Gómez Dávila.

O islamismo nunca deixou de ameaçar o Ocidente e tem havido numerosos ataques terroristas, bem como tentativas de atentados. Em certos bairros se concentram habitantes favoráveis à destruição do Ocidente, a morte de cristãos e judeus e ao apagar Israel do mapa. Uma realidade que as elites europeias persistem em negar.

Israel representa claramente uma cultura e uma tradição próprias, que estão igualmente na raiz da civilização ocidental. Os israelenses não renegam o seu passado e atribuem uma invejável importância à sua soberania nacional. E se recusam a mentir sobre a natureza e os motivos dos seus agressores.

Ao contrário, a Europa e os Estados Unidos – embora com intensidades diferentes – estão imersos num processo de renúncia dos seus valores. A União Europeia contribuiu para diluir a soberania dos seus estados-membros, enfraquecendo sua identidade. Em princípio, não deveria haver tensão entre patriotismo e sentimento pro-europeu, pois se pode amar a sua região ou cidade sem deixar de amar o seu país. Mas as elites “europeístas” se esforçam para limitar o nacionalismo dos seus membros.



O patriotismo também enfrenta dificuldades nos EUA. Uma pesquisa de opinião do instituto Gallup revelou que apenas 38 por cento dos cidadãos são “extremamente orgulhosos” de serem americanos.

Quando o Hamas ataca Israel, os israelenses sabem instantaneamente quem é o culpado e quem é a vítima. Quando há um ataque islamista na Europa, a disparidade de vozes nos parlamentos e na mídia é ensurdecedora: a mídia fala de “um caso isolado”, de alguém possivelmente “com problemas mentais”, fazem o possível para ocultar o país de origem do terrorista, alguns políticos exigem que o ataque não leve ao ódio anti-muçulmano, outros negam qualquer conexão com a política de imigração. Se um país europeu decide responder a um atentado jihadista com forças militares ou policiais, boa parte dos cidadãos e dos partidos políticos vão demonstrar nas ruas contra isso. Quem for a favor pode calar-se com receio de ser acusado de extremista ou direitista.

O Ocidente deve reconhecer que, pela sua própria herança cultural e moral, os atentados contra judeus são um ataque contra os fundamentos de suas próprias sociedades. Devem reconhecer igualmente que o forte patriotismo dos israelenses diante de tais ameaças é uma virtude que devemos tratar de compartilhar.

(Nota da Redação: A atual onda de hostilidade a Israel, que logo se mesclou ao antissemitismo, é reflexo de um fenômeno bem mais amplo e o artigo descreve um dos seus aspectos, a decadência do patriotismo. Mas o ideário contemporâneo nos países ocidentais inclui também a rejeição a qualquer guerra, seja justa ou injusta; uma inclinação humanitária em favor das “minorias oprimidas” em seus países, que é estendida sem critério ao plano internacional, como se os países ou comunidades subdesenvolvidas fossem sempre vítimas inocentes de algum opressor; uma polarização na política interna, usualmente entre variedades de “esquerda” e “direita”, com escassa tolerância em relação ao campo oposto.

Com a internet, as campanhas de propaganda, inclusive as importadas, passaram a ter um peso maior na formação das opiniões e na mídia tradicional, assim como entre professores, intelectuais e artistas, as ideias ou simples slogans veiculados pela esquerda sempre despertaram adesão ou simpatia.

Todos esses fatores contribuem para colocar Israel no banco dos réus, especialmente devido ao processo, iniciado na década de 1950, quando a União Soviética de Stalin mobilizou a sua propaganda interna e internacional contra o sionismo para atrair os países árabes, que por sua vez hostilizavam Israel para fortalecer o nacionalismo, justificar as tentativas de Nasser e outros ditadores para obter popularidade interna e hegemonia regional graças à luta contra o “inimigo comum” israelense. Ademais, souberam aproveitar o antissemitismo de fundo religioso (citações de Maomé contra os judeus), político (os palestinos como vítimas, a frustração pela derrota nas guerras contra Israel) e racial (graças à antiga



propaganda nazista na região), até hoje dominantes no ideário das populações árabes.

Com o passar das décadas, a narrativa soviética e árabe se universalizou, adotada pelas esquerdas, e não há como prever uma reversão, mesmo se Israel aceitasse um “Estado Palestino” soberano, porque outras reivindicações, impossíveis de atender, seriam invocadas para prosseguir com as agressões, cujo objetivo último é a extinção do Estado de Israel, conforme constantemente proclamado em árabe, não em inglês, pelas lideranças políticas e religiosas do Hamas e da Autoridade Palestina. A única mudança é que na atualidade não é mais a União Soviética, mas o Irã, que fornece as armas e o treinamento militar como instrumento de sua política de hegemonia no Oriente Médio).

As ações contra Israel do Tribunal Penal Internacional (TPI) e da Corte Internacional de Justiça (CIJ)

- O TPI ordenou que Israel cesse “imediatamente” sua ofensiva militar em Rafá, “que poderia infligir ao grupo palestino em Gaza condições de vida que poderiam resultar na sua destruição física, no todo ou em parte”. O governo de Israel respondeu que seus militares “não agiram nem agirão” de forma a destruir total ou parcialmente a população de Rafá – portanto, a decisão da Corte não tem relação com a ofensiva, dado que os atos proibidos pelo TPI não estão ocorrendo. (Gaya Gupta, New York Times).

- O governo britânico criticou o TPI porque a sua decisão fortaleceria o grupo islamista Hamas. “A razão pela qual não há uma pausa no combate é porque o Hamas recusou um acordo muito generoso para libertar os reféns. A intervenção dessas Cortes (TPI e CIJ) vai fortalecer a ideia do Hamas de que pode manter os reféns e permanecer no poder em Gaza”. (Agência Reuters).

- As ordens de prisão do TPI contra o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu e o Ministro da Defesa Yoav Gallant são atos de guerra judicial (*lawfare*). Karim Kahn, o promotor do TPI, está convidando o órgão a intervir no conflito...a impedir que o governo eleito de um estado soberano se defenda de um regime terrorista que invadiu o seu território, assassinou 1.100 pessoas e capturou 250 reféns.

O TPI contribuiu pouco para o cumprimento da Quarta Convenção de Genebra (leis da guerra) durante as duas décadas de sua existência e se tornou uma organização completamente política. (Stephen Daisley, Spectator-Reino Unido).

- No ano 2000 o meu então chefe, o presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado Jesse Helms, advertiu pelo jornal Haaretz que Israel não deveria participar do TPI porque a Corte “terá um promotor que não estará subordinado a nenhum estado ou instituição”, que poderá um dia “indiciar criminalmente soldados, comandantes e funcionários do governo israelense, até o seu próprio primeiro-ministro”.



Para enfrentar esse perigo Helms fez aprovar pelo Congresso em 2002 o “Ato de Proteção dos Militares Americanos”, uma lei destinada a punir a Corte por quaisquer iniciativas para processar cidadãos americanos e seus aliados. O Congresso autorizou o Presidente a usar “todos os meios necessários” para esse fim. (Marc A. Thiessen, Washington Post)

- Israel evacuou cerca de um milhão de pessoas de Rafá. Tal como a maioria das decisões da Haia (TPE e CIJ), esta vai ser ignorada. Israel diz corretamente que já está cumprindo com o desejo da Corte (CIJ) – sua ofensiva em Rafá, não sendo genocídio, não precisa ser interrompida. Nenhum estado no lugar de Israel agiria de modo diferente.

Observe-se a inversão do direito internacional: o Hamas massacra civis israelenses e se esconde atrás dos seus para que Israel seja acusado e o juiz que preside a CIJ é o libanês Nawaf Salam, que vem denunciando Israel há décadas. (Editorial do Wall Street Journal).

- Israel não é signatário do Tratado de Roma, que criou o TPI e, portanto, está fora da sua jurisdição. A politização do direito internacional se vê claramente na CIJ, onde Israel está enfrentando levianas acusações de “genocídio”. A ONU tem sido abertamente hostil a Israel durante décadas e as “acusações” são feitas pela África do Sul, cujo governo anunciou que não iria executar a ordem de prisão do TPI contra Vladimir Putin.

Entidades como a CIJ e o TPI são um problema para todos. O TPI reivindica o direito de prender os líderes das democracias se não concorda com suas políticas de segurança nacional.

Não é acidental que isso funciona para limitar os movimentos do Ocidente e arbitrariamente concentrar-se em Israel: o anti-ocidentalismo e o antisemitismo são majoritários no sistema internacional. Uma clara resposta coletiva do Ocidente, rejeitando essas ações contra Israel pode evitar um dano maior no curto prazo. Para o longo prazo, a solução é reverter a inflada infraestrutura desse sistema. (@KyleWOrton).

(N. da R.: O TPI e a CIJ fazem parte do que se pode chamar de “sistema” da ONU, o TPI de forma indireta, e estão sujeitos à mesma influência da maioria absoluta dos seus estados membros. Atualmente 140 (agora 143, com Irlanda, Noruega e Espanha) dos 193 países reconhecem um “Estado da Palestina” que não tem governo único, nem território definido e nem manifesta disposição de adotar uma política de paz, como prevê a Carta (Constituição) da ONU.

Ao final do seu artigo, Kyle W. Orton propõe uma alteração das regras de funcionamento dessas instituições, mas isso é na prática impossível. A Liga das Nações foi extinta devido à sua completa desmoralização ao evitar as agressões que culminaram com a II Guerra Mundial, mas só pode ser substituída por uma ONU



que, no referente à sua missão precípua - a “garantia da paz e da segurança internacionais” - sofre da mesma ineficácia quando se trata de contrariar as grandes potências do Conselho de Segurança, que não abrem mão de suas soberanias na matéria.

Aos demais países restam as manifestações políticas na Assembleia-Geral, onde países como Israel podem ser vitimizados, mas não necessariamente por decisões sobre o emprego da força, que devem ser aprovados pelo Conselho de Segurança, onde podem ser rejeitadas por uma das cinco potências que detêm o poder de veto.

Israel tem sido, de longe, o maior alvo de decisões hostis e injustificadas desse “sistema” multilateral, mas ainda assim tem sido capaz de assegurar profícuas relações bilaterais com a grande maioria dos membros da ONU, inclusive com alguns países árabes, o que ilustra o fato de que os governos, com frequência, utilizam o cenário da ONU para proclamar políticas que não têm a intenção de executar, tal como às vezes ocorre nos parlamentos nacionais.

Seja como for, se o TPI e a CIJ continuarem a tomar decisões com argumentação jurídica imprópria e sem base nos fatos, além de não serem acatadas, poderão seguir o caminho que levou a Liga das Nações à irrelevância, à perda de sua autoridade e respeitabilidade políticas).